

**EDITAL N.º 01/2009 – SEAD/IASEP – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ**

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 07 de fevereiro de 2010

NÍVEL SUPERIOR

**Cargo: TECNICO EM SAÚDE – MEDICINA /
ESPECIALIDADE AUDITORIA MEDICA**

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

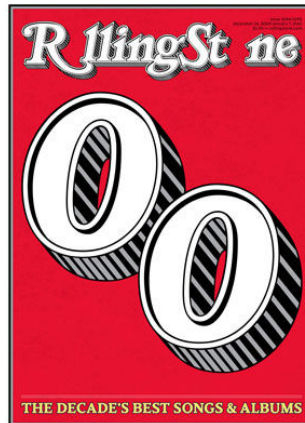
Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- 1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- 2. Esta prova contém 40 questões objetivas, sendo 05 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Informática, 05 de Meio Ambiente, 05 de Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado e 20 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:30h e término às 12:30h (horário de Belém).**
- 3. A resposta definitiva de cada questão deve ser obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO RESPOSTA, considerando a numeração de 01 a 40.**
- 4. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.**
- 5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.**
- 6. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no CARTÃO RESPOSTA. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
- 7. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.**
- 8. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta por erro do candidato. O cartão resposta só será substituído se for constatada falha de impressão.**
- 9. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.**
- 10. O candidato deverá devolver no final da prova, o cartão-resposta e o boletim de questões, recebidos.**
- 11. Será automaticamente eliminado do concurso público do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 01/2009-SEAD/IASEP.**

Anos 00: a década perdida?

1 A revista *Rolling Stone* deste mês faz um extenso balanço
2 da década de zero. O conteúdo desta década está perto
3 (um pouco exageradamente) do nome que tem: zero. O
4 editorial deste mês decidiu chamar-lhe “a década das
5 oportunidades perdidas”. Será assim mesmo? Vamos
6 refletir.



7 **Internet:** Esta invenção prometia uma década dourada de
8 um fluxo rápido de informação. A consequência mais óbvia
9 prevista em 2000 seria um enriquecimento cultural das
10 pessoas, já que era uma forma de informação gratuita e
11 acessível a quase todos, mesmo um cidadão de uma
12 pequena aldeia poderia finalmente almejar ter acesso ao
13 conhecimento quase tanto como um vizinho da Biblioteca
14 Nacional. O que aconteceu na década de zero? Surgiu a
15 Web 2.0 vocacionando a net para conteúdos mais visuais e menos informativos. As
16 pessoas substituem a realidade pela Internet: redes sociais, conversas *online*, ver
17 vídeos da vizinha no *YouTube*... A Internet serviu ao aldeão para ter acesso a um
18 mundo que supõe ser o centro nevrálgico da humanidade: não se interessa em
19 melhorar através do conhecimento a sua vida quotidiana mas sim em saber o que se
20 passa longe de si. A sensação de se ser complexado por se ser provinciano nunca foi
21 tão grande.

22 **Privacidade:** É a década da exploração da privacidade devido a muitos meios
23 tecnológicos mais evoluídos. Começamos pelo programa *Big Brother* e continuamos
24 em agressões em salas de aula ou podemos assistir pelo *YouTube* à morte de um
25 determinado fulano na estrada. Não deveria a privacidade ser um direito?

26 **Individualismo:** Muitos direitos tem sido alcançados, mas e deveres? Alguém fala
27 destes? Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o
28 direito tem um interesse individual. Os deveres referindo-se ao coletivo são
29 descartados e ninguém quer referi-los por implicarem trabalho sem retorno imediato. A
30 década de 00 foi de avanço progressivo do individualismo.

<http://cafeilosoficodeevora.blogspot.com/2009/12/anos-00s-decada-perdida.html>

01. No texto “Anos 00: a década perdida?”,

- (A) discutem-se as vantagens trazidas pelos avanços tecnológicos nos anos 00.
- (B) faz-se uma retrospectiva minuciosa dos fatos que marcaram a década de zero.
- (C) enumeram-se as oportunidades que foram desperdiçadas ao longo da década de 00.
- (D) apresentam-se algumas razões que explicam por que os anos 00 são considerados a década das oportunidades perdidas.

02. Leia os enunciados abaixo:

- I. Os anos 00 renderam muito poucos frutos, por isso, foram considerados uma década malsucedida.
- II. Com a Internet, as pessoas passaram a privilegiar o mundo virtual, em detrimento da própria vida.
- III. A década de 00 atenuou o sentimento de inferioridade daqueles que moram distante dos grandes centros urbanos.
- IV. A Internet, ao possibilitar um rápido fluxo de informações, permitiu o enriquecimento cultural das pessoas, inclusive daquelas que vivem longe das grandes cidades.

Em relação às idéias desenvolvidas no texto, **está correto** o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III

03. Considere o fragmento de texto abaixo:

Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o direito tem um interesse individual. Os deveres referindo-se ao coletivo são descartados e ninguém quer referi-los por implicarem trabalho sem retorno imediato (linhas 27-29).

Esse fragmento é reformulado, sem qualquer alteração de sentido, em

- (A) Por um lado, leva-se em conta o direito por ser vantajoso e assegurar interesses individuais, por outro, os deveres são considerados por garantirem benefícios coletivos a curto prazo.
- (B) Apesar de ser vantajoso, o direito está relacionado a interesses individuais, contrariamente aos deveres que, sendo coletivos, são mais trabalhosos e não trazem benefícios imediatos.
- (C) Não resta nenhuma dúvida de que o direito é vantajoso do ponto de vista individual enquanto os deveres não trazem recompensas, nem individuais nem coletivas, por isso, não são referidos.
- (D) O direito, embora nefasto, diz respeito a ganhos individuais; já os deveres são de natureza coletiva, entretanto, são deixados de lado por exigirem esforço e não trazerem recompensas a curto prazo.

04. O trecho sublinhado que, em relação ao enunciado precedente, expressa a ideia de causa é:

- (A) “A consequência mais óbvia prevista em 2000 seria um enriquecimento cultural das pessoas, já que era uma forma de informação gratuita e acessível a quase todos” (linhas 8-11).
- (B) “Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o direito tem um interesse individual” (linhas 27-28).
- (C) “não se interessa em melhorar através do conhecimento a sua vida quotidiana mas sim em saber o que se passa longe de si” (linhas 18-20).
- (D) “A Internet serviu ao aldeão para ter acesso a um mundo que supõe ser o centro nevrálgico da humanidade” (linhas 17-18).

05. Julgue os itens abaixo:

- I. O vocábulo “contudo” (linha 27) pertence à categoria das conjunções e é designativo de oposição.
- II. Em “Não deveria a privacidade ser um direito?” (linha 25), o futuro do pretérito sugere condição, indicando o futuro de um passado que não chegou ao presente.
- III. A forma verbal “tem” (linha 26) deveria estar no plural para concordar com o sujeito “muitos direitos” (linha 26).
- IV. Com base no contexto linguístico, pode-se depreender que “vocacionando” (linha 15) tem o mesmo significado de “impelindo”.
- V. Em “Esta invenção prometia uma década dourada de um fluxo rápido de informação” (linhas 7-9) ocorre uma silepse de número (linhas 7-8).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III
- (B) II, III e V
- (C) I, III e IV
- (D) I, II, III e IV

INFORMÁTICA

06. O comando localizado no menu “Iniciar” do Windows XP, que proporciona o acesso às conexões de rede local e Internet, configuradas no microcomputador é o

- (A) Acessar
- (B) Internet
- (C) Conectar-se
- (D) Configurações

07. Dentre os componentes que formam uma janela no Windows XP, a Barra de _____, apresenta algumas informações sobre o conteúdo da janela em questão.

- (A) Comunicação
- (B) Mensagem
- (C) Informação
- (D) Status

08. O servidor responsável por armazenar as páginas da WWW que a empresa mantém em seu site para que os diversos navegadores de internet possam acessar o seu conteúdo (páginas) é o

- (A) SSL
- (B) POP
- (C) SMTP
- (D) WEB

09. No Microsoft Internet Explorer 6, para acessar a opção responsável por verificar a correspondência entre as páginas off-line e as respectivas páginas da Web, é necessário ir até o menu Ferramentas e selecionar a opção

- (A) Windows Update
- (B) Gerenciar Complementos...
- (C) Sincronizar...
- (D) Opções da Internet

10. Para mover um arquivo de uma pasta para outra, no Internet Explorer, o usuário seleciona o arquivo, e utiliza as opções recortar e colar, respectivamente, existentes no menu “Editar”. As mesmas ações poderão ser realizadas, utilizando as seguintes combinações de teclas, respectivamente:

- (A) CTRL + X ; CTRL + V
- (B) CTRL + Z ; CTRL + V
- (C) CTRL + A ; CTRL + Z
- (D) CTRL + K ; CTRL + X

MEIO AMBIENTE

11. Para a execução de obras de engenharia que possam afetar as estações ecológicas, será obrigatória a audiência prévia do

- (A) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- (B) Conselho Nacional do Meio Ambiente
- (C) Ministério do Meio Ambiente
- (D) Instituto Chico Mendes

12. A instância administrativa do CONAMA responsável pelo julgamento, em caráter final, das multas e outras penalidades administrativas impostas pelo IBAMA é a Câmara

- (A) Especial Recursal
- (B) Técnica de Assuntos Jurídicos
- (C) Técnica de Economia e Meio Ambiente
- (D) Técnica de Controle e Qualidade Ambiental

13. A Política de Meio Ambiente do Estado do Pará veda o licenciamento de projetos agrossilvipastoris

- (A) quando resultarem em degradação dos solos
- (B) em áreas que correspondam a ecossistemas frágeis
- (C) quando implicarem em desmatamento de espaços territoriais
- (D) quando resultarem em degradação dos mananciais

14. A Agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de

- (A) 40 capítulos
- (B) 40 programas
- (C) 1 preâmbulo e 40 capítulos
- (D) 1 preâmbulo e 40 programas

15. É um dos objetivos da Política Estadual do Meio Ambiente:

- (A) Combater a pobreza e a marginalização
- (B) Reduzir as desigualdades sociais e regionais
- (C) Garantir a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente
- (D) Criar e implementar instrumentos e meios de preservação e controle ambiental

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES DO ESTADO

16. Quanto às disposições da Lei Federal n.º 9.656/1998, bem como de suas interconexões com a Medida Provisória n.º 2.177-44/2001, assinale a alternativa correta:

- (A) Submetem-se às disposições da Lei Federal n.º 9.656/1998 as pessoas jurídicas de direito público e privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade.
- (B) Constitui Plano Privado de Assistência à Saúde a prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.
- (C) No que concerne à Operadora de Plano de Assistência à Saúde, constitui esta a pessoa jurídica instituída apenas sob a modalidade de entidade de autogestão que opere produto, serviço ou contrato de Plano Privado de Assistência à Saúde.
- (D) O conjunto de contratos de cobertura de custos assistenciais ou de serviços de assistência à saúde em qualquer das modalidades de que tratam o inciso I e o § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 9.656/1998, com todos os direitos e obrigações nele contidos, denomina-se *cadeira*.

17. Considere os seguintes itens:

- I. A Resolução CONSU n.º 02/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, define que “doenças e lesões preexistentes” são aquelas que o consumidor ou seu responsável saiba ser portador ou sofredor, mesmo em época posterior à contratação de planos ou seguros privados de assistência à saúde.
- II. De acordo com a Resolução CONSU n.º 02/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, às crianças nascidas de parto coberto pela operadora não caberá qualquer alegação de doença ou lesão preexistente, sendo-lhes garantida a assistência durante os 30 (trinta) primeiros dias de vida dentro da cobertura do plano do titular, assim como estará garantida a sua inscrição na operadora sem a necessidade de cumprimento de qualquer período de carência ou de cobertura parcial temporária ou agravo.
- III. Consoante a Resolução CONSU n.º 05/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, os programas assistenciais existentes dentro da autogestão com fins específicos de promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como os de gestão de custos para doenças crônicas e preexistentes deverão ser protocolados no Ministério da Saúde.
- IV. A Resolução CONSU n.º 17/1999, do Conselho de Saúde Suplementar, dispõe sobre os agravos a que se refere a Resolução CONSU n.º 02/1998.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV, somente
- (B) I, II e IV, somente
- (C) II, III e IV, somente
- (D) I, II, III e IV

18. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo antes ocupado, quando sua demissão foi anulada por decisão administrativa ou judicial, tendo direito ao ressarcimento de remuneração e vantagens não percebidas.
- (B) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (C) Reversão é o retorno do servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) Promoção é a ascensão vertical na carreira, quando se passa de um cargo inferior para outro superior.

19. Acerca da acumulação de cargos públicos no âmbito do Governo do Estado do Pará, assinale a alternativa correta:

- (A) A vedação de acumular é extensiva a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista pertencentes ao Governo do Estado do Pará, à União e aos Municípios e ao Distrito Federal.
- (B) No âmbito da Administração Pública estadual, a acumulação é excepcionalmente permitida, desde que haja compatibilidade de horários e haja observância ao disposto na Lei Federal n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Federais), por se tratar de norma hierarquicamente superior à Lei Estadual n.º 5.810/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Estaduais).
- (C) O servidor estadual poderá exercer permanentemente, no máximo, até dois cargos em comissão, desde que não seja remunerado pelo exercício de um deles.
- (D) Em regra, o Regime Jurídico Único dos servidores estaduais permite a acumulação remunerada de cargos públicos.

20. Afirma-se corretamente que a Resolução Normativa n.º 162, de 17 de outubro de 2007, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar, não dispõe sobre

- (A) a Declaração de Saúde e sobre o processo administrativo para comprovação do conhecimento prévio de doenças ou lesões preexistentes pelo beneficiário de plano privado de assistência à saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) as sanções aplicáveis aos procedimentos e atividades lesivas à assistência de saúde suplementar.
- (C) a obrigatoriedade da Carta de Orientação ao beneficiário, enquanto documento padronizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, que visa orientar o beneficiário sobre o preenchimento da Declaração de Saúde no momento da assinatura do contrato.
- (D) a revogação da Resolução CONSU n.º 02, de 4 de novembro de 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Um dos indicadores básicos para a saúde no Brasil é a taxa de incidência de dengue, conceituada como o número de casos de dengue (clássico e febre hemorrágica da dengue)

- (A) por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado.
- (B) novos confirmados, por 10 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico.
- (C) em percentual, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- (D) novos confirmados, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

22. O processo de implantação da regulação pública no setor da saúde suplementar ocorreu a partir da criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e o marco e instrumento regulatório dos planos privados de assistência à saúde é

- (A) a Lei 9961/2000
- (B) a Lei 8.080/90
- (C) a Lei 9656/98
- (D) a Portaria nº 98/2000

- 23.** Segundo as orientações técnicas sobre aplicação de glosas em auditoria no SUS, quando é realizada mudança de procedimento sem a solicitação e/ou autorização do auditor/gestor
- (A) deve ser aplicada glosa parcial: glosar a diferença entre o valor cobrado e o valor autorizado
 - (B) deve ser aplicada glosa parcial: glosar metade do valor cobrado
 - (C) não deve ser aplicada glosa
 - (D) deve ser aplicada glosa total
- 24.** A equipe técnico-profissional com formação universitária que exerce atividades na organização do sistema de saúde e contribui de modo sistematizado com os cuidados direta ou indiretamente prestados ao paciente, respeitando os preceitos éticos e legais das respectivas profissões, é conceituada, segundo o Manual Brasileiro de Acreditação, como
- (A) corpo clínico
 - (B) corpo técnico-profissional
 - (C) equipe de enfermagem
 - (D) equipe administrativa
- 25.** De acordo com o Código de Ética Médica, é direito do médico
- (A) requerer desagravo público ao Conselho Regional de Medicina quando atingido no exercício de sua profissão.
 - (B) opor-se à realização de junta médica ou segunda opinião solicitada pelo paciente ou por seu representante legal.
 - (C) negar ao paciente acesso ao seu prontuário médico, ficha clínica ou similar.
 - (D) deixar de fornecer laudo médico ao paciente, quando do encaminhamento ou transferência para fins de continuidade do tratamento, ou na alta, se solicitado.
- 26.** A assistência hospitalar exige uma auditoria concorrente, denominada, em alguns locais, como
- (A) auditoria prospectiva
 - (B) auditoria retrospectiva
 - (C) visita hospitalar ou auditoria externa
 - (D) auditoria preliminar
- 27.** Entre os indicadores mais utilizados na auditoria analítica encontra-se a taxa de cobertura, que é
- (A) a taxa de usuários em geral ou de grupos de atendimentos específicos não atendidos em determinada ação ou programa de saúde.
 - (B) o atendimento de usuários em local diferente de sua área de residência
 - (C) a proporção de procedimentos realizados em relação ao total de procedimentos programados
 - (D) a taxa de usuários em geral ou de grupos de atendimentos específicos, atendidos em determinada ação ou programa de saúde.
- 28.** Em bioestatística, o valor que divide a população ou a amostra em dois subgrupos de igual tamanho é a medida de tendência central denominada
- (A) média
 - (B) desvio padrão
 - (C) mediana
 - (D) moda
- 29.** A avaliação econômica completa de tecnologias, no âmbito da saúde, em que tanto os custos das tecnologias comparadas quanto seus efeitos são valorizados em unidades monetárias denominada análise de
- (A) custo-efetividade
 - (B) custo-minimização
 - (C) custo-benefício
 - (D) custo-utilidade
- 30.** A atividade de auditoria desenvolvida na própria unidade onde as ações e os serviços são realizados, mediante a observação direta dos controles internos, fatos, dados, documentos e situações encontradas, é denominada auditoria
- (A) extraordinária
 - (B) operativa
 - (C) analítica
 - (D) de gestão

- 31.** A epidemiologia descritiva é a primeira etapa da aplicação do método epidemiológico. Nela se descreve os caracteres epidemiológicos das doenças relativos à pessoa, ao tempo e ao lugar, com o objetivo de compreender o comportamento de um agravo à saúde numa população. São caracteres epidemiológicos relativos às pessoas:
- (A) os aspectos da distribuição urbano-rural
 - (B) as variações cíclicas
 - (C) as variações sazonais
 - (D) o gênero, a idade e a escolaridade
- 32.** No conjunto de ações levadas a efeito pelo SUS, em todos os níveis de governo, a atenção à saúde para atendimento das demandas pessoais e das exigências ambientais compreende os seguintes grandes campos:
- (A) o da assistência e o das intervenções ambientais
 - (B) o da assistência, o das intervenções ambientais e o das políticas externas ao setor saúde
 - (C) o das intervenções ambientais e o das políticas externas ao setor saúde
 - (D) o da assistência e o das políticas externas ao setor saúde
- 33.** As operadoras de planos de saúde, de acordo com seu estatuto jurídico, são classificadas em várias modalidades, como é o caso das sociedades sem fins lucrativos, constituídas conforme o disposto na Lei nº 764, de 16 de dezembro de 1971, e que são denominadas
- (A) administradoras
 - (B) medicinas de grupo
 - (C) cooperativas médicas
 - (D) cooperativas odontológicas
- 34.** Cumprida pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar, poderá o médico requerer ao Conselho Regional de Medicina onde está inscrito sua reabilitação, quando, então, serão retirados de seu prontuário os apontamentos referentes a condenações anteriores, **após** decorridos
- (A) 10 (dez) anos
 - (B) 5 (cinco) anos
 - (C) 2 (dois) anos
 - (D) 8 (oito) anos
- 35.** Segundo a Resolução CFM nº 1.614/01 o médico, na função de auditor,
- (A) poderá acompanhar procedimentos no paciente sem autorização do mesmo, de representante legal e/ou do seu médico assistente.
 - (B) poderá autorizar, vetar, bem como modificar procedimentos propedêuticos e/ou terapêuticos solicitados pelo médico assistente.
 - (C) transferir sua competência a outros profissionais, mesmo quando integrantes de sua equipe.
 - (D) deverá apresentar-se ao diretor técnico ou substituto da unidade antes de iniciar suas atividades.
- 36.** De acordo com a tabela da AMB, os honorários médicos auxiliares de cirurgias serão valores fixos nas proporções de
- (A) 30% dos honorários do cirurgião para o 1º auxiliar, 20% para o 2º auxiliar.
 - (B) 20% dos honorários do cirurgião para o 1º auxiliar, 20% para o 2º auxiliar.
 - (C) 30% dos honorários do cirurgião para o 1º auxiliar, 10% para o 2º auxiliar.
 - (D) 40% dos honorários do cirurgião para o 1º auxiliar, 20% para o 2º auxiliar.
- 37.** No SUS, em auditoria operativa hospitalar, para a amostragem a ser auditada ter representatividade, o quantitativo de AIH obedece a determinados critérios. Para uma unidade com mais de 500 AIH, o percentual deverá ser de
- (A) 50%
 - (B) 30 %
 - (C) 20%
 - (D) 75%

38. De acordo com o glossário temático Economia da Saúde do Ministério da Saúde, o conceito econômico derivado da escassez de recursos que visa à produção de bens e serviços valorizados pela sociedade ao menor custo social possível denomina-se

- (A) efetividade
- (B) eficácia
- (C) equitatividade
- (D) eficiência

39. As operadoras de planos de saúde mantêm formas de contratação diversas, sendo que os planos contratados por pessoa jurídica e pagos integralmente pelos beneficiários à operadora são designados

- (A) individuais ou familiares
- (B) coletivos sem patrocinador
- (C) coletivos com patrocinador
- (D) familiares

40. A partir do último registro, o prazo mínimo de preservação dos prontuários dos pacientes em suporte de papel (que não foram arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmados ou digitalizados), segundo a Resolução CFM nº 1.821/07, é de

- (A) 12 (doze) anos
- (B) 15 (quinze) anos
- (C) 10 (dez) anos
- (D) 20 (vinte) anos